Comentários

ARROZ

REVERTER AS EXPECTATIVAS DO MERCADO; EM 1978 NÃO FOI POSSÍVEL

Nos primeiros meses de 1978, quando, na Região Sul, a seca e, nos Estados Centrais, o veranico provocavam efeitos desastrosos sobre a produção de arroz (quebra de 1 milhão de t em relação à previsão inicial), as autoridades insistiam em negar a possibilidade de que o abastecimento viesse a ser prejudicado. Argumentava-se que os elevados estoques oficiais formados nos "anos de fartura" seriam suficientes para, somados à pequena colheita da safra 77/78, fazer frente às necessidades internas de consumo. O recurso ao mercado internacional era, assim, descartado. Este foi o posicionamento adotado até o início do plantio da safra 78/79 da região Centro–Sul, quando, finalmente, foram realizadas importações de 115 mil t de arroz. Durante o ano, no entanto, os preços haviam crescido 53% no varejo, muitas cidades menores sofreram problemas de abastecimento, e o produto comercializado, principalmente a partir de setembro/outubro passado, era de qualidade duvidosa.

Obviamente, a divulgação daquelas previsões otimistas objetivava gerar nos diversos segmentos do processo de produção e comercialização de arroz, a certeza de que, em 1978, o abastecimento seria tranqüilo, e de que o governo estava munido de instrumentos capazes de impedir aumentos indesejáveis de preços, a despeito da quebra na produção. Os resultados desta tática são, no entanto, de difícil avaliação, embora seja ao menos sintomático que as autoridades tenham mudado de comportamento este ano.

CFP ANUNCIA REAVALIAÇÃO DE SAFRA E NECESSIDADES DE IMPORTAÇÃO

Há poucas semanas, a CFP divulgou uma reavaliação de sua previsão da safra 78/79 de arroz. Esta reavaliação situa o nível esperado de produção entre 8,1 e 8,4 milhões de toneladas (menos 10%, aproximadamente, em relação à previsão de novembro passado). Na mesma oportunidade, anunciou que o governo tenciona realizar importações de arroz, avaliando seu montante em 200 mil t. A CFP ressaltou ainda que sua previsão de safra poderá vir a ser novamente reavaliada (acredita-se, no mercado, que para menos 100 a 200 mil t) pois a safra em alguns estados encontra-se em fase atrasada de desenvolvimento.

EXPECTATIVAS ALTISTAS AGRAVADAS

Na verdade, a expectativa de produção vigente no mercado, antes da divulgação da estimativa da CFP, já era pessimista, em virtude dos graves problemas climáticos que atingiram alguns estados da região Centro-Sul. Entre os comerciantes, havia se generalizado a certeza de que, a partir de setembro/outubro de 1979, quem ainda detivesse arroz estocado conseguiria realizar bons negócios. Assim, a reavaliação da safra foi encarada pelo mercado como uma confirmação desta expectativa. Segundo algumas fontes, mesmo nas regiões onde a nova safra já foi colhida, o produto não foi levado ao mercado e este fato explicaria o recente aquecimento dos preços, a nível do mercado atacadista livre, bem como as reclamações dos supermercados que, segundo afirmam, não têm conseguido adquirir arroz a preços compatíveis com o tabelamento em vigor.

Comentários

Em conseqüência da pré-existente expectativa altista, reforçada pela reavaliação da safra e pelo anúncio de importações, o esperado esfriamento dos preços a nível de atacado no início da colheita não se vem verificando. Nesse sentido, a mudança de atitude da CFP, apesar de louvável, parece ter sido recebida por alguns setores como uma confirmação de que existe uma expectativa de alta considerável dos preços em 1979, também por parte das autoridades. Como, freqüentemente, os organismos oficiais têm sido demasiado otimistas, há quem pondere que "se o governo reconhece uma quebra significativa da produção ainda no início da colheita, quando as informações são escassas, a perda acabará certamente se revelando bem superior".

NECESSIDADE DE IMPORTAÇÃO TEM SIDO SUPERESTIMADA POR ALGUNS SETORES

No período mar/78—mar/79, foram consumidas, no Brasil, aproximadamente 8,5 milhões de t (7,4 milhões de t da safra 77/78, 1,0 milhão de t provenientes de estoques oficiais e 115 mil t importadas). Este ano, se a produção atingir 8,1 milhões de t (limite inferior da previsão da CFP) faltarão 400 mil t para que a oferta interna alcance nível idêntico ao de 1978. Segundo fontes do setor privado, o país precisaria dispor adicionalmente de 100 a 200 mil t para que o controle dos preços internos se viabilizasse. Assim, o Brasil necessitaria importar, em 1979, algo em torno de 600 mil t de arroz, segundo têm alardeado aqueles setores.

No entanto, alguns fatores deverão contribuir para reduzir este nível de dependência externa, caso seja possível uma atuação eficaz e tempestiva dos organismos oficiais. Por exemplo, os preços recebidos pelo orizicultor elevaram-se em aproximadamente 70%, no período fev/78—fev/79, segundo cálculo do CEA/FGV. Esta variação de preços deverá, ao mesmo em parte, inibir a tendência à estocagem, motivada pela perspectiva de preços futuros elevados, principalmente se a intenção de realizar importações se transformar brevemente em iniciativas concretas. Adicionalmente, a CFP anunciou pretender adquirir, ainda no período de colheita, arroz a preço 20% superior ao preço mínimo, transacionando sempre diretamente com produtores e cooperativas localizadas em regiões nas quais a produtividade do arroz atingiu, nesta safra, nível considerado satisfatório. Se este último empreendimento se mostrar exeqüível, em muito facilitará a tarefa de controlar os preços do arroz em 1979, sem lançar mão desarvoradamente do recurso às importações.

COMO DETERMINAR A QUANTIDADE A SER IMPORTADA?

Quanto à determinação da quantidade a ser importada, esta depende, inicialmente, do grau de controle que as autoridades desejam exercer sobre a evolução dos preços do arroz; ou seja, as compras no exterior são função da variação nominal dos preços que o governo estaria disposto a permitir em um dado período de tempo. A rigor, é sempre possível reduzir os preços na proporção desejada, desde que se recorra, sem limites, à importação. Na prática, contudo, é preciso levar em conta a disponibilidade de divisas, a necessidade de manter a remuneração do produtor nacional em nível adequado e a dificuldade de se imobilizar grandes somas financeiras na estocagem de um único produto. Sendo assim, é preciso fixar um objetivo a ser atingido, em termos de preços nominais, que seja compatível com as limitações apontadas

acima. Além disso, para determinar a quantidade importada que manteria os preços nominais no nível desejado, faltam informações econômicas a respeito das elasticidades—preço e renda da demanda de arroz. Por exemplo: não se conhece o efeito de redução dos preços que resultaria da importação de uma determinada quantidade do produto.

Na falta de dados estatísticos mais sofisticados, e caso o governo valorize sobretudo o objetivo de contenção dos preços, o mais aconselhável é a importação imediata de quantidades significativas de arroz, ao contrário do que ocorreu no ano passado, quando as primeiras aquisições no exterior foram de apenas 15 mil t. A alternativa de realizar pequenas compras ao longo do ano, à medida que se mostrem necessárias, envolve certo coeficiente de incerteza. Inicialmente, porque o sistema de informações econômicas no Brasil não é eficiente a ponto de permitir ao governo detetar, com a devida antecedência, crises de escassez ou movimentos especulativos; em seguida, porque nem sempre é possível adquirir no exterior as quantidades necessárias no momento desejado.

No entanto, é bom lembrar: uma coisa é controlar preços, impedindo-se que a ação de especuladores resulte em prejuízos ao consumidor, e outra é deprimir excessivamente a remuneração ao produtor. A primeira constitui atitude sadia, e até mesmo obrigação governamental, enquanto que a segunda traz sempre, em seu bojo, prejuízos ainda maiores no futuro.

MILHO

CICLO DE ESCASSEZ DE CARNE BOVINA REQUER CRESCIMENTO DA OFERTA DE MILHO E RAÇÕES

No abastecimento interno de milho relativo ao período comercial abril 78/março 79 revela-se de grande importância a análise da integração entre os mercados de rações e de carnes — pequenos e médios animais, em especial, que são responsáveis pelo consumo de aproximadamente 85% da produção nacional de rações (10,5 milhões de t, em 1978).

Com efeito, face à perspectiva de prolongamento do atual quadro de escassez de carne bovina, é de se esperar um crescimento significativo na produção de frangos de corte e de suínos. Decorre, daí, a necessidade de proporcionar um suprimento de